

O SENTIDO DA REPRESENTAÇÃO DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA PARA OS DISCENTES DOS ANOS INICIAIS DA GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Larissa Sousa Mendes¹

INTRODUÇÃO

Em que contexto social se sistematizou a geografia como ciência e como disciplina escolar? O que é ser geógrafo? Com estes questionamentos pretende-se suscitar discussões quanto aos referenciais que dão identidade à ciência geográfica, bem como à função do geógrafo e do ser professor de geografia na sociedade atual.

Aziz Nacib Ab'Saber (2007), em seu livro "O que é ser geógrafo", nos aponta um caminho e nos incentiva a refletir o ser geógrafo a partir da construção de uma identidade e de uma percepção que nos ensina que a geografia está em constante amadurecimento, exigindo de nós a contínua reinterpretação do mundo com o auxílio dessa disciplina.

Essa característica dinâmica do pensamento é que permite a construção do conhecimento geográfico. O olhar do geógrafo é seletivo, interpreta o mundo a partir de uma consciência geográfica, que é construída na superação da geografia exclusivamente mnemônica. Nesse sentido, o conhecimento geográfico pertinente consolida-se na suplantação das disjunções historicamente construídas, através da lógica geografia física versus geografia humana, uma vez que os saberes desunidos e compartimentados impedem a percepção do essencial e, sobretudo, uma análise geográfica em que fique evidente que os problemas em uma perspectiva holística.

No entanto, a literatura e as pesquisas atuais quanto à representatividade social da geografia como ciência e, em especial da geografia escolar, tem mostrado que esta matéria é considerada por muitos como enciclopédica, fora do contexto cotidiano e que exige um esforço exacerbado da memória. Diante disso, o presente estudo objetivou refletir

¹ Doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGe-UFRN). Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Graduada em Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). larissamendes10@hotmail.com



sobre o sentido da representação social da ciência geográfica partilhada pelos discentes dos anos iniciais de um curso de licenciatura em geografia, de uma Instituição de Ensino Superior pública, localizada em Teresina-PI. Para tanto, buscou-se apoio na teoria de Bourdieu (1979), particularmente quanto ao conceito de campo social, e na Teoria das Representações Sociais, proposta por Moscovici (1969).

A utilização da teoria de Bourdieu (1979) contribui para o presente estudo, pois privilegia a dimensão simbólica na construção da realidade social, além de buscar a superação da dicotomia construtivismo versus estruturalismo, na relação do indivíduo com a sociedade.

Nesse sentido, é necessário enfatizar a importância da relação entre a teoria proposta por Bourdieu e a teoria das Representações Sociais na investigação da representação da geografia. Embora exista uma oposição conceitual entre a noção de campo proposta por Bourdieu e a noção de grupo ou campo do objeto na teoria das Representações Sociais de Moscovici, essa aproximação possibilita fundamentar questões complexas relacionadas à educação, através da compreensão de processos simbólicos.

Essa relação pode ser expressa sob a forma de aquisição de capitais (sociais, culturais ou linguísticos) como, por exemplo, falar de acordo com a norma culta, vestir-se conforme os padrões valorizados socialmente. Ou, ainda, pode-se citar a relação hierárquica dentro de um mesmo campo, tomando como exemplo a valorização diferenciada entre professores universitários e os vinculados ao ensino básico.

Nesse contexto insere-se a questão do sentido atribuído pelos sujeitos a determinado objeto no campo social, pois o sentido atribuído influencia a conduta e as escolhas dos indivíduos. Assim, a teoria das Representações Sociais nos auxilia nesta investigação, constituindo um caminho para identificar a origem das condutas, bem como em que medida a constituição do campo social geográfico influenciou a formação da representação social sobre geografia.

Quanto à estrutura, organizou-se a pesquisa em duas seções. Na primeira seção, discute-se, em nível de fundamentação teórica, o contexto de formação e institucionalização do campo social da geografia. Essa abordagem fundamenta-se na relação de intercâmbio e troca entre a constituição do campo da geografia e o contexto social, todos articulados com as questões subjetivas vinculadas ao docente, constituindo o processo de formação da representação social da geografia.

Na segunda seção, foi feita uma descrição dos caminhos metodológicos percorridos na pesquisa e realizou-se a análise dos dados obtidos a partir da aplicação do Teste de



Associação Livre de Palavras (TALP), identificando as especificidades dos discursos do grupo quanto às representações sobre a geografia.

O estudo dessas representações poderá possibilitar a ampliação de conhecimentos quanto ao ensino de geografia, e, por outro lado, configurou-se como mais um esforço para gerar subsídios para atender às necessidades específicas e próprias do processo inicial de formação dos professores dessa disciplina.

O conceito de campo social e a formação do campo da ciência geográfica no Brasil: configurações para a construção da representação social da Geografia

O campo social, na perspectiva da teoria de Bordieu, deve ser considerado como um campo de lutas, que objetiva conservá-lo ou transformá-lo. O autor faz referência ao campo associando-o ao capital, ampliando a visão de Karl Marx, pois entende o capital como todo recurso que se manifesta na atividade social, além da visão econômica. A estrutura de um campo, em certo momento, é determinada pelo volume de capital que cada agente ou instituição pode dispor (SILVA, 2007). Assim, insere-se a noção de capital sob quatro perspectivas:

o capital econômico (renda, salário e imóveis); o capital cultural (saberes e conhecimentos reconhecidos por diplomas e títulos); o capital social (relações sociais que podem ser convertidas em recursos de dominação) e o capital simbólico que corresponde ao prestígio e honra, permitindo identificar os agentes no espaço social (IBID, 2007).

Nesse contexto, a distribuição dos diversos tipos de capital forma um espaço estruturado em campos. Assim, o campo social deve ser compreendido não apenas conforme seu espaço físico, com instituições e agentes, mas também deve ser interpretado como consequência das relações dos agentes inseridos nesse espaço. Dessa forma, pode-se afirmar que,

[...] um campo social corresponde ao universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem e difundem as ideias, atitudes, normas, valores e crenças relativas aos fins que lhes asseguram a existência. De acordo com o objeto que faz mover cada um desses universos, podemos falar de campo científico, campo educacional, campo acadêmico, campo geográfico (SILVA, 2007, p.35).

Dentre os campos citados, os campos acadêmico e geográfico ocuparam posição privilegiada na presente pesquisa. É possível aplicar a eles todas as categorias que qualificam o conceito de campo, pois se compreende aqui o sistema acadêmico e a institucionalização da geografia, bem como a configuração desta como ciência e como disciplina escolar, interligados ao universo regido por normas, valores e crenças que lhes



garantem a existência.

As reflexões sobre a formação do saber geográfico centraram-se na institucionalização da geografia no Brasil. Ao fazer essa reflexão buscou-se identificar as relações de forças no campo, que se materializam pela inserção de determinadas instituições que modificam o espaço e possibilitam uma nova estrutura ao campo geográfico, o que repercute na formação de professores, na construção do *habitus* destes, assim como na formação de esquemas de percepções quanto a representação da geografia. Nesse sentido,

[...] para Bordieu é impossível separar os valores e as representações que temos dos ideais científicos. A prática científica está orientada para a aquisição de um determinado tipo de capital em torno do qual se desenvolvem as disputas e se consolidam as hierarquias entre os cientistas e as diferentes instituições: prestígio e reconhecimento. E estes agentes do campo científico lutam pelo reconhecimento de seus produtos e de sua autoridade de produtor legítimo, o que significa o poder de impor uma definição de ciência (ARAÚJO, 2009, p.33).

Assim, utilizando essa abordagem teórica, objetivou-se compreender a gênese e a configuração do campo geográfico no Brasil. Desta forma, objetiva-se, mesmo que de modo sucinto, ressaltar alguns acontecimentos importantes para a constituição desse campo. Nessa direção, pode-se afirmar que a institucionalização do campo da geografia no Brasil inicia sua formalidade com a inserção desta disciplina na escola no final do século XIX e na década de 1930, com a inserção da geografia como disciplina no ensino superior, na Universidade de São Paulo (USP) e na Universidade do Distrito Federal, atual Universidade do Rio de Janeiro (MORAES, 1991).

Segundo Silva (2007), os cursos citados tinham como objetivo formar professores e pesquisadores, inicialmente seguindo a linha teórica a partir do pensamento de La Blache. Dessa forma, os trabalhos científicos desenvolvidos em geografia, no Brasil, nesse período, foram marcados por forte influência das teorias positivistas e do pensamento da escola francesa de geografia. Nesse contexto,

[...] a análise geográfica lablachiana deveria ter o seguinte encaminhamento: observação de campo, indução a partir da paisagem, comparação das áreas estudadas e do material levantado e classificação das áreas e dos gêneros de vida em séries de tipos genéricos, devendo chegar ao fim a uma tipologia. As ideias de Vidal de La Blache e de seus seguidores, denominada geografia tradicional, exerceram influência sobre a disciplina tal como era desenvolvida nas Universidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, e aos poucos, expandiram-se para outras Universidades do país (PONTUSCHKA; PAGANELLI; CACETE, 2009, p. 65).



O método regional desenvolvido por La Blache encontra no Brasil, nas décadas de 1930 e 1940, um contexto histórico e político propício para seu desenvolvimento. Isto porque a estrutura do país tornou-se mais complexa e industrializada, ao passo que com a Golpe de 1930 e o governo de Getúlio Vargas prevaleceu a preocupação de construção de uma política cultural de massa e de uma identidade nacional. Dessa forma, as transformações ocorridas na sociedade e a vigente política do nacionalismo à época demandavam do Estado uma resolução para os problemas nacionais (MORAES, 1991).

Assim, as mudanças ocorridas geravam necessidade de uma reestruturação do arranjo territorial, o que possibilitou a construção de uma nova geografia com ampla formulação de representações do espaço e difusão das várias ideologias geográficas (IBID, 1991, p. 172).

Nesse contexto, a primeira corrente do pensamento geográfico a se consolidar no Brasil foi a geografia Clássica francesa, seguindo o método regional, influenciada, sobretudo, pelos estudos sobre o território brasileiro, realizados por Pierre Deffontaines e por Pierre Mombeig, que desempenharam um importante papel como professores nas universidades recém-criadas no Brasil e como pesquisadores de uma geografia de orientação moderna (SILVA, 2007).

Nessa conjuntura, a produção científica dos geógrafos foi impulsionada com a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). A criação dessas instituições e do curso de Geografia nas universidades se coloca como estratégia utilizada na busca da cientificidade e da inserção do profissional da geografia na modernidade (ANTUNES, 2010). Isto porque, embora a geografia já estivesse presente no ensino secundário desde o século XIX, os docentes não tinham formação em geografia, eram em sua maioria provenientes de outras profissões, a exemplo de advogados e de sacerdotes.

Desse modo, não se pode olvidar a importância da geografia ensinada nas escolas antes mesmo da criação dos cursos de geografia na universidade, tendo em vista a sua contribuição para a popularização da disciplina na sociedade brasileira. Nesse sentido, Antunes (2010, p. 10) afirma:

Embora seja inegável que, com a criação dos cursos universitários, a Geografia tenha atingido um novo patamar em seu processo de desenvolvimento no Brasil, fixar exclusivamente seu nascimento em meados da década de 1930 acaba por encobrir a importância do ensino de Geografia nas escolas e o papel que vinha desempenhando alguns professores, como, por exemplo, já há 25 anos - Carlos Delgado de Carvalho, com um trabalho consistente sobre ensino de Geografia, que



amparado na distribuição dos conteúdos desta disciplina fundamentados em métodos de pesquisa e ensino no Colégio D. Pedro II, no Rio de Janeiro, fazia críticas à forma como esse conteúdo era ensinado.

Com esse panorama, pode-se afirmar que a geografia ensinada nas escolas contribuiu para a construção de uma nova forma de ensinar e pensar geografia, que articulada com a criação do curso de geografia nas universidades, e de instituições como IBGE e AGB, possibilitou a consolidação do campo geográfico no Brasil, com a legitimação das regras do campo científico da geografia e a consequente formação da identidade profissional na área.

Com efeito, Antunes (2010) afirma que esses acontecimentos interligados e as relações estabelecidas entre os profissionais da geografia proporcionaram a formação de uma comunidade de geógrafos no país. Tudo isso possibilitou um impulso de modernização do saber geográfico.

A AGB, fundada por Pierre Deffontaines, em São Paulo, em 1934, foi responsável pela articulação dos profissionais da geografia no Brasil. Ressalta-se que para fazer parte da associação inicialmente existiam critérios de seleção para filiação. Entre esses critérios, Seabra (2004), citado por Silva (2007), afirma que até 1945 somente podiam se filiar profissionais que possuíssem trabalhos científicos publicados. Além disso, era necessário pagamento de mensalidade. O que ocasionou a não filiação de muitos profissionais e alunos do curso de geografia, tendo em vista que a maioria dos alunos do curso, nesse período, pertencia às camadas médias da sociedade.

Denota-se assim, que a AGB influenciou a constituição do campo social da geografia, tendo em vista que com a definição das regras para filiação cria-se um grupo reconhecido na sociedade brasileira como distinto, além do fato de que foi realizada a construção de uma legislação que garantisse a existência jurídica e a hierarquia da instituição.

Além disso, ressalta-se a interferência do capital econômico e social como mecanismos de seleção para ingresso no campo social da geografia. A restrição para filiação, a partir do pagamento de mensalidades, revela a necessidade de detenção do capital econômico tanto de alunos como de professores de geografia que possuíssem interesse em ingressar no campo dessa disciplina. A necessidade de detenção do capital simbólico também se manifesta na exigência de determinado número de publicações para garantir a filiação junto à AGB.

A criação de secções regionais da AGB ocorre a partir de 1946. Andrade (2006) afirma que todos os anos eram feitas reuniões em uma secção diferente, onde eram



discutidos trabalhos dos profissionais filiados e realizadas pesquisas de campo. Assim, a AGB possibilitou fortalecer o desenvolvimento do método regional, ao fornecer dados fundamentados nas pesquisas de campo realizadas.

A hegemonia do método regional no Brasil só foi superada em 1956, após o XVIII Congresso Internacional de geografia, realizado no Rio de Janeiro, uma vez que esse congresso possibilitou o contato de geógrafos brasileiros com geógrafos franceses e também de outras nacionalidades, a exemplo de Jean Tricart e de Pierre George (SILVA, 2007). Esses acontecimentos proporcionaram uma renovação na forma de produção da Geografia desenvolvida no Brasil, através da inserção da Geografia teórica.

A geografia quantitativa foi defendida pelo IBGE como meio eficaz para se detectar e orientar estudos em relação aos problemas nacionais. Silva (2007) aponta que o IBGE foi criado em 1937, sob forte influência governamental, e tinha como objetivo proporcionar o conhecimento do território brasileiro através da coleta de dados estatísticos. Dessa forma, a cientificidade da geografia ia se adequando aos objetivos propostos pelo Estado. Desse modo,

[...] o IBGE destaca-se no cenário nacional desde o seu nascedouro por ser um órgão de sistematização do conhecimento sobre o território brasileiro e sua população. Abriga profissionais responsáveis por realizar pesquisas que oferecem subsídios ao planejamento estatal e, também, contribuiu para aperfeiçoamento de professores do ensino médio e superior através da oferta de cursos com temáticas relevantes e específicas sobre o território brasileiro (SILVA, 2007, p. 47).

Assim, pode-se afirmar que o IBGE contribuiu para a consolidação do campo geográfico no Brasil, na medida em que as publicações de dados estatísticos sobre a realidade brasileira, obtidos através das pesquisas e censos demográficos, possibilitaram a consolidação da atividade de planejamento do Estado e também a difusão da visão quantitativista na geografia.

Denota-se, nesse contexto, a ínfima autonomia do campo geográfico ainda em construção no Brasil, posto a relevante interferência do ambiente político na configuração do campo, influenciando na definição das práticas e dos métodos da geografia.

Bordieu (1969) preleciona que a autonomia do campo é adquirida na relação dos agentes, instituições e a partir da formulação de regras das práticas de funcionamento do campo em si. No caso específico do campo geográfico, ao se estabelecer regras que deveriam ser admitidas ao próprio campo como, por exemplo, através da definição dos métodos científicos, tendo eles a obrigatoriedade de serem adotados nas pesquisas, assim como a exigência de graduação em geografia para lecionar a disciplina, evidencia-se aí a



definição de interesses fundamentais e, em consequência disso, uma propensão de consolidação do campo.

No entanto, para o campo ser considerado de fato autônomo é necessário levar em conta a sua capacidade de refratar as influências políticas e ideológicas. O que não aconteceu com a geografia tradicional desenvolvida no Brasil, fortemente influenciada pelo regime político militar.

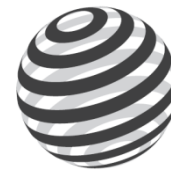
As mudanças metodológicas no fazer geografia, a partir da década de 1970, tinham um caráter mais contestatório quanto aos problemas sociais. Todavia, não rompiam totalmente com as diretrizes da geografia tradicional. Essa corrente do pensamento geográfico, denominada geografia Crítica, surge em paralelo ao processo de redemocratização do Brasil e vai ter maior visibilidade no final da década de 1970. Esse cenário acaba por interferir no desenvolvimento da Geografia, bem como no ensino dessa disciplina.

A perspectiva epistemológica adotada a partir de então reflete uma situação difusa, com abordagens neopositivistas e até mesmo marxistas revolucionárias. As abordagens revolucionárias, aliás, expandem-se no Brasil com uma grande contribuição particular dos trabalhos de Milton Santos, de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, de Antônio Carlos Robert de Moraes, entre outros (RIBEIRO FILHO, 2010).

Atualmente, a geografia brasileira é constituída por várias propostas teóricas, o que corrobora com o posicionamento de Bordieu (1969), quando este autor afirma que o campo científico não pressupõe a unificação de um grupo de cientistas sob a perspectiva de uma proposta teórica única.

Essa configuração possibilitou o desenvolvimento da geografia brasileira, permitindo a constituição da profissão do geógrafo e do professor de geografia. Ressalta-se que há distinção entre a constituição do campo da geografia com a constituição da profissão do professor de geografia. Todavia, há uma relação entre ambas, sobretudo no que concerne à criação de uma identidade do professor de geografia, que está interligada à construção da identidade dessa ciência e dessa disciplina escolar.

Nessa direção, no contexto do campo geográfico, o ser professor de geografia demanda o exercício de sua função social, que se transfigura como legítima, através da obtenção de título distinto dos demais profissionais. Tanto o título de professor, conferido pelas universidades quanto a base epistemológica e de constituição dos saberes que conduzem a ação professoral são construídos no campo social da geografia.



Assim, é importante esclarecer que as inferências feitas quanto à formação do campo da geografia no Brasil constituíram-se em uma sintética esquematização de alguns elementos históricos, para contextualização posterior com os dados obtidos na pesquisa sobre a representação social desta ciência, objeto de estudo que se insere na abordagem de constituição do campo social geográfico.

A seguir, apresenta-se a interpretação dos dados e a análise das respostas dos discentes interlocutores, relacionando-as ao aporte teórico descrito na primeira seção desta investigação, visando identificar a representação social do ser professor, sua influência na escolha pelo curso de licenciatura e, ainda, comparar as representações dos alunos que estavam no início da graduação com aquelas atinentes aos que estavam na condição de concludentes, tendo em vista que os alunos concludentes já gozavam dos aprendizados advindos do contato com o conhecimento científico sobre a geografia e sobre o ser professor.

A representação social da Geografia partilhada pelos discentes no curso de licenciatura

Todo conhecimento constitui uma tradução e uma reconstrução, a partir de sinais, signos, símbolos, sob a forma de representações, ideias, teorias, discursos (MORIN, 2004, p. 24).

Investigar o significado da geografia a partir do olhar dos discentes do curso de licenciatura em geografia requer a compreensão de aspectos que articulam e revelam o contexto de existência da formação do campo social dessa ciência. Dessa forma, para efetivar os objetivos da presente investigação, realizou-se aqui uma pesquisa bibliográfica e uma pesquisa de campo, ambas vinculadas aos propósitos da natureza qualitativa de uma pesquisa na área das ciências humanas e fundamentadas na teoria das representações sociais, partindo-se do pressuposto de que as representações constituem-se como um importante instrumento que em muito concorre para o entendimento da realidade e, em consequência, favorece o poder de atuação sobre ela.

Quanto à pesquisa de campo, a coleta de dados foi realizada através do Teste de Associação Livre de Palavras (TALP) e da análise de conteúdo. Tais técnicas forneceram o suporte necessário às tentativas de compreensão das representações sociais dos sujeitos da pesquisa, a partir da identificação dos elementos simbólicos que orientaram o



posicionamento desses sujeitos diante da realidade. Segundo Spink (1995, p. 101), “[...] esta técnica por se prestar à análise multivariável, permite superar o que seria um dos problemas mais sérios da análise de conteúdo, ou seja, o caráter puramente hermenêutico das interpretações”.

A associação livre de palavras consiste no pronunciamento, pelos participantes, de palavras que lhes venham à mente a partir de um estímulo que lhes foi dado. No TALP aplicado aos discentes participantes foi utilizado a expressão de estímulo: “a Geografia é:”

Diante desse estímulo indutor, os alunos, individualmente, transcreveram um total de três palavras para cada categoria. Em seguida, os discentes foram orientados a hierarquizar, numa ordem de importância, as palavras evocadas e atribuir significado à palavra apontada como a mais importante dentre àquelas evocadas.

Após a aplicação do TALP, as palavras evocadas, os conceitos atribuídos às palavras discriminadas como mais importantes, bem como as respostas das entrevistas, tiveram tratamento com a análise de conteúdo, que por sua vez auxiliou na identificação e na compreensão da conotação dada pelos participantes aos elementos que constituem a representação social da geografia.

Ao procurarmos sistematizar o discurso dos discentes, em relação ao significado da geografia, buscou-se entender a essência desses discursos a partir das considerações de Bardin (1977), que concebe a análise de conteúdo como um instrumento para qualificar as vivências do sujeito, bem como suas percepções sobre determinado objeto e seus fenômenos.

Os dados obtidos no TALP e na entrevista foram organizados em categorias. Bardin (1977, p. 177) afirma que a “categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto”. As categorias definidas no presente estudo podem ser classificadas em teóricas e empíricas. As teóricas, a exemplo das categorias do TALP: a Geografia é, auxiliaram na definição de critérios para aprofundamento teórico. Em contrapartida, as empíricas emergiram dos dados coletados.

O processo de organização das respostas ocorreu a partir da sistematização dos dados em unidades de análise. Nesse sentido, a análise de conteúdo constituiu-se em decomposição por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento temático do discurso dos sujeitos, com o objetivo de formar unidades de análise e tornar possível uma reconstrução dos significados e a interpretação da realidade do grupo estudado.

A análise das falas dos sujeitos e a organização em categorias foram realizadas com base em um conjunto de regras técnicas de análise. Dentre essas regras, pode-se

citar, em síntese, a homogeneidade de cada sistema categorial, a pertinência entre o material simbólico analisado e a problemática da pesquisa e a representatividade, ou seja, o universo da pesquisa foi representado de forma fidedigna.

Dessa forma, nesta seção são identificadas as categorias de análise e categorias empíricas que emergiram das falas dos discentes. Destaca-se que a pesquisa foi realizada junto a um grupo composto por 14 graduandos, do universo de 18, do curso de licenciatura em Geografia de uma Instituição de Ensino Superior Pública, localizada em Teresina-PI, no ano de 2018.

De início, foi aplicado o Teste de Associação Livre de Palavras, TALP, aos discentes que estavam presentes no momento em que os procuramos em suas devidas salas de aula. Todos os sujeitos foram informados dos procedimentos e dos objetivos da pesquisa. Na aplicação deste instrumento de pesquisa os discentes evocaram três palavras e conceituaram aquela palavra que melhor definia, para eles, suas representações sobre geografia. As justificativas dadas pelos sujeitos da pesquisa às palavras mais importantes das três evocadas por cada um deles auxiliaram na análise e interpretação dos dados a seguir. Desse modo, de acordo com a figura a seguir é possível identificar a organização das categorias de análise do TALP.

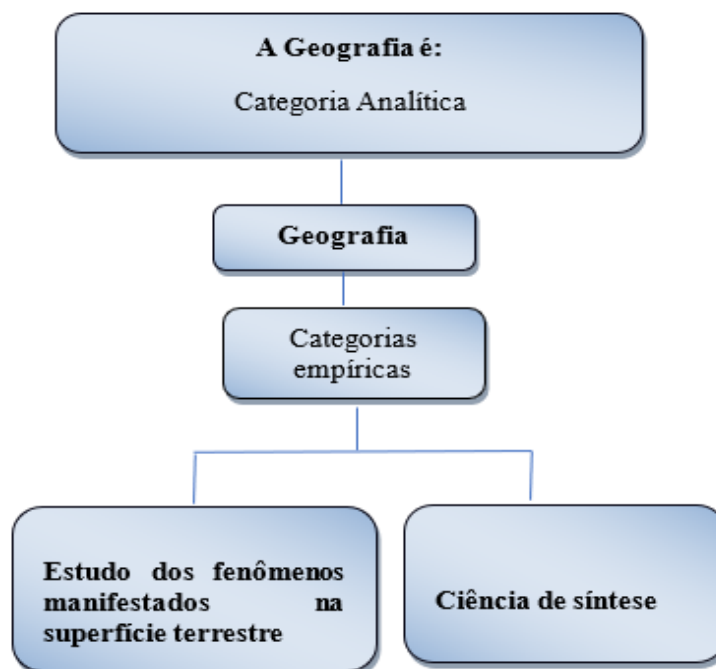


Figura 1- As categorias de análise do TALP

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Os discentes interlocutores, a partir do estímulo “A Geografia é”, evocaram as palavras abaixo. Ressalta-se que as palavras destacadas em negrito correspondem àquelas elegidas, respectivamente, pelos indivíduos como as mais importantes, dentre as três verbalizadas, e que melhor representam a imagem que eles têm a respeito da geografia, aqui dispostas na ordem em que foram evocadas pelos discentes:

- Aluno (1)²: **Mundo**, sociedade e Terra.*
*Aluno (2): Terra, **criação** e ciência.*
*Aluno (3): Humano, **mundo** e natureza.*
*Aluno (4): **Sociedade**, espaço e Pacífico.*
*Aluno (5): **Ciência**, humanidade e espaço.*
*Aluno (6): **Planeta**, estrutura e Terra.*
*Aluno (7): Importante, compreensão e **Terra**.*
*Aluno (8): **Ciência**, interpretação e espaço.*
*Aluno (9): **Globalização**, espaço e sociedade.*
*Aluno (10): **Espaço**, planeta e mapas.*
*Aluno (11): **Espaço**, Terra e humanidade.*
*Aluno (12): **Terra**, urbanização e meio ambiente.*
*Aluno (13): Espaço, clima e **evolução**.*
*Aluno (14): Ciência, disciplina e **curso**.*

O quadro 1, a seguir, contém as palavras elegidas pelos discentes como as principais, e os significados delas, conforme explicação dada pelos sujeitos, quanto à representação sobre Geografia.

Os 14 discentes evocaram um total de 42 palavras, sendo que, conforme o exposto, cada indivíduo evocou 3 palavras a partir do estímulo “A Geografia é”. Posteriormente, cada discente elegeu apenas 1 palavra como a mais importante e, a seguir, a ela atribuiu um único significado. A análise dos dados efetivou-se considerando a palavra apontada pelos sujeitos como a mais importante, e também observando-se as palavras com maior índice de evocações, a fim de identificar o núcleo da representação.

A primeira constatação em tela é que, dentre as palavras verbalizadas como mais importantes para caracterizar a representação, há um número considerável de repetições, a exemplo dos termos *Mundo*, *Espaço* e *Terra*, cada uma com duas repetições. Além disso,

² Corresponde a um aluno do segundo período do curso de Licenciatura em Geografia de uma Instituição de Ensino Superior Pública.

verifica-se também que os termos *Planeta* e *Sociedade* foram evocados por discentes distintos e, a partir dos significados a eles atribuídos, constatou-se que esses termos possuem conotações afins e que eles são, semanticamente, próximos.

Quadro 1 - Principais palavras evocadas com o significado atribuído à Geografia pelos discentes

SIGNIFICADO DAS PALAVRAS MAIS IMPORTANTES	Frase Evocativa: A Geografia é	
	Resposta TALP (1)	MUNDO: observar e analisar tudo a nossa volta.
	Resposta TALP (2)	CRIAÇÃO: a geografia é capaz de explicar a criação da vida no universo.
	Resposta TALP (3)	MUNDO: geografia é a ciência que estuda o mundo em todas as suas características.
	Resposta TALP (4)	SOCIEDADE: estudar a sociedade em que vivemos.
	Resposta TALP (5)	CIÊNCIA: pois analisa o espaço.
	Resposta TALP (6)	PLANETA: estudo geral do universo.
	Resposta TALP (7)	TERRA: Compreensão do planeta no âmbito físico e humano.
	Resposta TALP (8)	CIÊNCIA: importante para descobrir e compreender o espaço.
	Resposta TALP (9)	GLOBALIZAÇÃO: estudo da interação com todo o planeta.
	Resposta TALP (10)	ESPAÇO: é o estudo do meio em que estamos inseridos.
	Resposta TALP (11)	ESPAÇO: estudo do lugar que o homem transforma.
	Resposta TALP (12)	TERRA: casa das ações do homem.
	Resposta TALP (13)	EVOLUÇÃO: está sempre em processo de mudança.
	Resposta TALP (14)	CURSO: área específica para formação.

Fonte: MENDES, 2018.

Dessa forma, pode-se inferir que dos catorze (14) discentes entrevistados, oito (08) elencaram palavras com significados semelhantes, constituindo um total de 57,0% dos discentes. Assim, identifica-se que existe uma representação comum sobre Geografia para este grupo.

A partir dessa evidência têm-se a categoria empírica da *representação da Geografia como estudo dos fenômenos manifestados na superfície terrestre*, constituindo este o núcleo da representação sobre Geografia para o grupo em questão.

A repetição terminológica das palavras evocadas pelos discentes como representação da Geografia pode ser justificada pelo fato dos sujeitos da pesquisa pertencerem à mesma instituição de ensino, terem contato com as mesmas disciplinas do curso de licenciatura e frequentarem o mesmo campo social, o que implica na possibilidade de viverem em um ambiente com disposições ideológicas comuns.

Como se mencionou ao longo da primeira seção deste estudo, as representações estão vinculadas às questões históricas, sociais, pessoais e culturais que dizem respeito ao grupo que lhes dá sentido de existência. Dada essas condições, bem como a natureza do



campo social do objeto representado, neste caso a Geografia, destaca-se que os termos *Terra* citado pelo Aluno (7) e Aluno (12) e *Espaço* Aluno (10) e Aluno (11) definidos pelos sujeitos, respectivamente, como “casa das ações do homem”, “compreensão do planeta no âmbito físico e humano”, “estudo do lugar que o homem transforma” e “estudo do meio em que estamos inseridos”, denotam o problema do conceito do homem na geografia, que é visto como atópico – o homem não localizado, seja na natureza, seja na sociedade.

Pode-se entender, a partir das acepções aqui descritas, que o homem ora está em relação com o meio e o espaço, para transformá-lo, ora ele está inserido, como um ser que está, mas não consegue ser. Nessa direção, sobre o homem atópico e a externalidade da natureza, da sociedade e do espaço na geografia, Moreira (2008, p. 118) afirma:

Pode-se entender que é o homem que está em relação com a paisagem, o meio e o espaço em cada uma das concepções históricas da geografia. A relação, contudo, tem um caráter impreciso, afinal ele mesmo é um ente impreciso [...] De modo que em sua observação atenta o geógrafo quando muito vê o homem *diante de*. Por isto, aparece ele sob um mimetismo estranho e multifacético: é o homem - fator – antrópico, que degrada a natureza; é o homem-estatístico e consumidor de recursos escassos e o homem *economicus*, que transforma a natureza em produtos por meio das suas atividades.

Nesse ínterim, é possível inferir que as concepções de Geografia, a partir dos discentes aqui pesquisados, advêm do processo de busca epistemológica relacionada à definição do que é Geografia, bem como das tentativas de definição do objeto de estudo desta ciência. Nesse processo de evolução do pensamento geográfico essa ciência já foi definida como o estudo descritivo da paisagem, como o estudo da relação homem - meio e como o estudo da organização do espaço pelo homem.

Sob influências do positivismo, cada uma das definições da geografia transformou-se em uma fase histórica, sendo que essas distintas fases têm como expressão um objeto de estudo, favorecendo periodizações do pensamento geográfico a partir de tais objetos, confundindo-se, a defesa epistemológica de cada um deles, com determinadas escolas do conhecimento geográfico. Assim, no período inicial de sua sistematização acadêmica, a Geografia foi conceituada como uma descrição das paisagens; numa fase que pode ser denominada de intermediária, foi definida como a ciência da relação homem-meio; e, finalmente, naquele que pode ser chamado de período recente, como a ciência da organização espacial das sociedades (MOREIRA, 2008).

Nesse contexto, o termo *espaço* constitui-se como um dos conceitos-chave da Geografia, apresentando significado variável de acordo com cada corrente do pensamento



geográfico. Fazendo uma análise da evocação do termo *espaço*, como representação do objeto em questão, verifica-se que este termo está relacionado de forma direta ao homem: “estudo do lugar que o homem transforma”. Percebe-se assim que essa conceituação denota uma significação de uma aprendizagem fundamentada na geografia mnemônica, difundida nos livros didáticos e indica também indícios de definição do espaço no campo da chamada “geografia crítica”, na qual essa categoria é concebida de forma humanizada e politizada, consistindo numa instância social, produzida a partir das relações sociais, políticas e econômicas de uma dada sociedade.

Ressalta-se que embora as palavras *ciência*, *globalização* e *criação*, a princípio, tenham significado e sentido distintos na perspectiva científica, verifica-se, com base nas conceituações elaboradas pelos sujeitos, para cada termo, que de fato há convergência dos sentidos atribuídos pelos estudantes.

Os conceitos atribuídos pelos discentes do 2º período, que verbalizaram os termos *ciência*, *globalização* e *criação* denotam, respectivamente, compreensões de Geografia como sendo o “estudo geral do universo”, o “estudo da interação com todo o planeta” e a “ciência capaz de explicar a criação da vida no universo”. Essas concepções dos discentes revelam a Geografia como uma ciência de síntese, que trabalha com o objeto de estudo das demais ciências.

As duas categorias que predominaram nas falas dos discentes, quanto à representação da Geografia, foram a “Geografia como estudo dos fenômenos manifestados na superfície terrestre” e a “Geografia como ciência de síntese”, o que indica uma representação ainda muito fundamentada no senso comum, revelando nesses estudantes ainda muitos aspectos problemáticos no tocante à definição do objeto desta ciência, remetendo suas representações aos postulados de uma geografia tradicional e com objeto de estudo indefinido ou impreciso.

Observa-se que a Geografia é representada ainda, pelos alunos, como uma ciência de tudo, que vê o mundo na sintetização da sua globalidade. Nesse sentido, Moreira (2006, p. 125) afirma que uma das principais consequências dessa definição é tornar “a geografia um campo elástico (dentro dela cabe literalmente tudo) e eclético (é uma mistura de todas as ciências)”.

Já as palavras *evolução* e *curso*, evocadas e elegidas como principais por dois discentes, quanto à representação da Geografia, não guardam proximidade de significado entre si, e nem em relação às duas categorias predominantes do grupo estudado, requerendo-as, portanto, abordagens distintas.



O Aluno (13) representa a Geografia como *evolução*, por ser uma ciência que está sempre em processo de mudança. Dessa forma, podemos inferir que o objeto representacional “Geografia” é descrito por ele considerando sua característica de dinamicidade. No que se refere a essa representação, ela guarda em si uma relativa aproximação em relação às definições encontradas na literatura geográfica. Com efeito, Andrade (1981, p.11), por exemplo, afirma que:

O conhecimento científico é profundamente dinâmico e evolui sob a influência das transformações da sociedade e de suas repercussões sobre a formulação do pensamento científico. Assim, os objetos e objetivos de uma ciência são relativos, diversificando-se no espaço e no tempo, conforme a estruturação das formações econômicas e sociais.

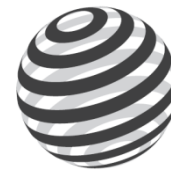
Essas transformações que influenciam na configuração da Geografia e da evolução das diferentes correntes do pensamento geográfico não ocorrem linearmente. Elas vão se constituindo de diferentes modos por meio de embates teórico-metodológicos ao longo da história dessa ciência. Nesse processo há uma reelaboração e uma remodelação do conhecimento científico durante a sua socialização com a população, produzindo assim as suas consequentes representações sociais.

Nesse sentido, Moscovici (1978, p. 103) escreve que “o conhecimento científico paulatinamente vai sendo difundido e inserido no cotidiano das pessoas e as quais em posse dele associado ao conhecimento do senso comum produzem as representações sociais”.

Em função desse raciocínio, aponta-se aqui a hipótese de que a representação social da Geografia, identificada na fala do Aluno (13), possui gênese anterior ao ingresso dele no curso de licenciatura em geografia, uma vez que a representação por ele apresentada foi uma exceção dentre os sujeitos da pesquisa que compunham o grupo dos discentes.

Outra exceção às categorias predominantes sobre Geografia, relacionada ao grupo pesquisado, foi obtida através do Aluno (14), que tem a representação da Geografia como *curso*, definindo-a como área específica para formação. A Geografia, nessa perspectiva, foi definida como habilitação formal para atuação em determinada área profissional. Conceituação esta que indica elementos inerentes à lida com o conhecimento científico.

Acredita-se que a apreensão da representação social que os discentes têm sobre a Geografia permite identificar a partir de quais representações ocorre a formação do conhecimento na academia, o que acaba proporcionando subsídios para a atuação docente,



em especial nos cursos de licenciatura, com vistas ao processo de construção do conhecimento na formação de professores.

No percurso formativo de aprendizagem do conhecimento científico sobre Geografia, esses discentes desenvolveram um processo de ancoragem para tornar familiar o que antes lhes era estranho. Assinale-se que a efetivação desse procedimento ocorre a partir das necessidades, dos interesses e dos desejos do grupo pesquisado.

Ao se enfatizar a incidência de elementos do senso comum nessas representações, não se objetiva secundarizar esse tipo de conhecimento no processo de desenvolvimento intelectual dos indivíduos. O que se pretende é destacar a sua especificidade na construção das representações.

Ao participarem das etapas sucessivas de um curso de licenciatura em Geografia, os licenciandos lidam com os mecanismos de acesso ao processo de sistematização dessa ciência, que confere razão de existência ao próprio curso em questão e, para isso, a formação inicial reflexiva do professor é de fundamental importância.

Assim, pode-se afirmar que a formação inicial do professor de geografia colabora para a construção do significado da Geografia. Nesse sentido, a formação do professor deve objetivar o desenvolvimento de competências profissionais e a superação de deficiências teóricas e práticas, evitando confundir o objeto de estudo da Geografia e a consequente desvalorização do saber geográfico.

Com efeito, a prática do professor de geografia pode contribuir para a reprodução dessas estruturas que constituem as representações. Nesse ínterim, ressalta-se a importância de se investigar as representações na formação inicial do docente.

Considerações Finais

O presente estudo objetivou, de modo central, refletir sobre o sentido da representação social da ciência geográfica partilhada pelos discentes dos anos iniciais de um curso de licenciatura em Geografia, de uma Instituição de Ensino Superior pública, localizada em Teresina-PI, com o intuito de compreender a relação entre a constituição do campo social da Geografia e a formação das representações sobre essa ciência.

O itinerário deste relatório de pesquisa buscou discorrer sobre a formação do campo geográfico no Brasil. Para a realização desta investigação foi fundamental o amparo obtido junto à teoria de Bourdieu (1979), em relação ao conceito de campo social, assim como também à teoria das representações sociais proposta por Moscovici (1969).



Com base na abordagem qualitativa, instrumentalizada pelo TALP, foi possível ter acesso às representações sociais dos sujeitos interlocutores quanto à Geografia. Constatou-se que o conteúdo e a estrutura da representação social dos discentes pesquisados revelam, para eles, a Geografia como o estudo dos fenômenos manifestados na superfície terrestre e, ainda, como uma ciência de síntese. Contata-se então, nessas representações, forte repercussão ainda do senso comum e apego aos pressupostos da Geografia Tradicional.

A superação da imagem da Geografia como exclusiva ciência de síntese é permeada por obstáculos objetivos, mas também por obstáculos simbólicos, que, juntos, criam dificuldades para a incorporação do novo. Um desses obstáculos são as representações sociais partilhadas pelo conjunto desses estudantes.

Os resultados desta investigação nos ensinam que as concepções que os discentes têm da Geografia, esta relacionadas com a compreensão que eles têm da realidade, isto é, do contexto histórico, social e cultural no qual estão inseridos e, ainda, que elas são construídas numa relação direta entre as significações objetivas e o sentido pessoal que é atribuído à esta ciência como fato materialmente percebido. Dessa convergência entre o social e o individual os discentes formam a sua consciência, o que acaba por orientar o seu modo próprio de pensar, de sentir e de agir.

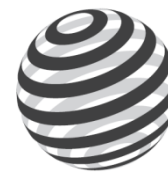
Esse processo não é meramente cognitivo, de classificação dos significados e de sentidos atribuídos a determinado objeto. Há nele, certamente, uma dimensão atitudinal, que corresponde à função das representações para, conseqüentemente, servir de guia na orientação de condutas em relação ao campo social no qual os sujeitos produzem sua existência.

Finalmente, por meio desta pesquisa, foi possível alcançar o objetivo de efetuar uma análise sobre a formação do campo social da Geografia, desenvolvendo-a à luz da teoria das representações sociais. Entende-se, desse modo, que esta pesquisa não esgotou todas suas possibilidades, mas pretendeu fornecer novos subsídios para novos olhares e novas discussões, ampliando o leque de enfoques acerca do tema em pauta.

Referências Bibliográficas

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **O que é ser Geógrafo**: memórias profissionais de Aziz Ab'Sáber em depoimento a Cynara Menezes. Rio de Janeiro: Record, 2007.

ANTUNES, Charlls da França. **Origens** - A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) e o cenário de seu surgimento na geografia brasileira. Porto Alegre - RS, 2010.



ARAÚJO, Flavia Monteiro. **Algumas Reflexões em torno dos Conceitos de Campo e de Habitus na obra de Pierre Bourdieu**. Perspectivas da Ciência e Tecnologia, São Paulo, v. 1, n.1, 2009. Disponível em < <http://revistascientificas.ifrj.edu.br:8080/revista/index.php/revistapct/article/view/14>> Acesso em fev. 2021.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edição 70, 1986.

BORDIEU, P. **Escritos de Educação**. 4.ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

CAVALCANTI, Lana de Sousa. **Geografia e Práticas de Ensino**. Goiânia: Alternativa, 2002.

JODELET, D. **Representações Sociais: um domínio em expansão**. In. JODELET, D. (Org.) *As representações sociais*. Rio de Janeiro. EdUERJ. 2001.

KAERCHER, N. A. **Desafios e Utopias no Ensino de Geografia**. 3.ed. Santa Cruz do Sul-RS, EDUNISC, 2007.

MOSCOVICI, Sergi. **A Representação Social da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

MORIN, Edgar. **A Cabeça Bem-Feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib. **A Geografia: PERSPECTIVAS E ENSINO**. In: CARLOS, Ana Fani (org). *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 1999.

RIBEIRO FILHO, Francisco Gomes. **O Ensino de Geografia no Trabalho dos Professores e dos Alunos dos Cursos Técnicos Integrados ao Nível Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI)**. Dissertação (mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista. 2010.

ROCHA, Genylton Odilon Rego da. **A Trajetória da Disciplina Geografia no currículo Escolar Brasileiro (1839 –1942)**. Dissertação de Mestrado junto a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. PUC. São Paulo, 1996.

SILVA, Josélia Saraiva. **Habitus Docente e Representação Social do “Ensinar Geografia” na Educação Básica de Teresina- Piauí**. Tese. (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande no Norte. 2007.

SPINK, M. J. O. **O Estudo Empírico das Representações Sociais**. In. SPINK, M.J. (Org.). *O conhecimento no cotidiano: As representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 85-108.